

#085 | 17 de dezembro de 2023

Análises de Cenários, Ensaio, Tendências

A VÍRGULA

Para não errar na interpretação dos fatos políticos

#085

O Gov. é pop...

- Ampliou a Terceira Ponte e inaugurou com pompa
- Estreou a ciclovia da vida pedalando com o povo
- Anunciou a destruição do pedágio, ícone odioso

...mas o pop não poupa ninguém

- Aumentou o ICMS, imposto que agora fica mais caro para o cidadão
- Encampou projeto que flexibiliza dispositivos para o licenciamento ambiental
- Recebeu de presente da Assembleia mais um aumento de salário

O GOV. É POP...

...MAS O POP NÃO POUPA NINGUÉM

A ruptura institucional brasileira com os protestos de 2013, sob todo aquele contexto difuso, alterou o cenário político, colaborou com a polarização do país, resultou na disseminação de discursos odientos e marcou certo cansaço da população em relação à “política tradicional”. “Não me representa”, bradavam todos (ou quase todos).

O movimento, como se sabe, ajudou consideravelmente na abertura de espaço para a extrema-direita, que soube abusar do sentimento esvaziado de cidadania.

No Espírito Santo, tivemos muitos símbolos de destruição. E o quebra-quebra – como adoravam enfatizar as manchetes dos jornais à época –, protagonizado por aquela massa incógnita, certamente deixou lembranças das cabines do pedágio da Terceira Ponte, golpeadas repetidas vezes por manifestantes sob a névoa do gás lacrimogênio.

Cenas significativas, diante do mote histórico “não é por 20 centavos”. O pedágio era mais



Foto: Carlos Alberto Silva / A Gazeta.

faz diferença

O GOV. É POP...

...MAS O POP NÃO POUPA NINGUÉM

caro, como sabemos. E não chegou mais perto do que era após o episódio. A cobrança atingiu R\$ 2,80 com pedágio unidirecional, no trajeto Vila Velha-Vitória.

Pois então, na segunda 11, no belíssimo Salão Rosa do Palácio Anchieta, o governador do ES, Renato Casagrande (PSB), quem também comandava o Estado em 2013, deu a cartada surpreendente: anunciou que, partir de 22 de dezembro, não haverá mais cobrança. E não só no símbolo mais marcante. O também famoso e incômodo pedágio de Guarapari, o Praia Sol, hoje em R\$ 12,60 para veículos pequenos, vai ficar gratuito.

Tal decisão foi possível porque o contrato de Concessão com a empresa Rodosol S.A, firmado em 1998, quando Casagrande era vice-governador, cessa a vigência em 21 de dezembro, com o cumprimento dos 25 anos originalmente previstos. A administração da rodovia, agora, fica a cargo da Ceturb (Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo).

O histórico da concessão coleciona série de embates desde 1998. Quarenta dias antes da assinatura daquele contrato, entre Governo do Estado e Rodosol, já houve uma ação civil pública. O confronto se acirrou em 2013, com o início de auditoria feita pelo Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCES), a qual resultou, em 2014, no apontamento de dívida de cerca de R\$ 613 milhões da Rodosol perante o Governo.

O GOV. É POP...

...MAS O POP NÃO POUPA NINGUÉM

Neste final das contas, uma fundação carioca, contratada pela Agência de Regulação de Serviços Públicos (Arsp), concluiu que o Estado deve à Rodosol por volta de R\$ 350 milhões, como revelou *A Gazeta*, veículo que teve acesso ao estudo. O Governo contesta. E pediu ao mesmo Tribunal de Contas a refação do cálculo com taxas menores. A ver o fim do imbróglio.

O anúncio de Casagrande do fim do pedágio, estrategicamente, ocorreu um dia antes do fim do prazo dado pela Justiça ao Governo do ES para que se manifestasse sobre um pedido de urgência da Rodosol, que solicitou a prorrogação do contrato até que ocorra, exatamente, um reequilíbrio econômico e financeiro relativo à tal dívida. A ver o resultado do imbróglio.

Certo é que 2013 falou alto em todo o contexto; foi a representação do fim da estabilidade econômica, social, política e institucional. Casagrande, assim, anunciou a destruição das cabines do pedágio, numa espécie de assalto à prisão da Bastilha*, como uma prévia de revolução em terras capixabas.

LUPA: Prisão da Bastilha



Bastilha era uma prisão localizada em Paris para onde iam os presos políticos: os inimigos do rei francês. Mas, além de servir como prisão, era lá onde ficava armazenada a pólvora, e esse foi um dos intuitos da população para a Queda da Bastilha. Em 14 de julho de 1789, a prisão foi tomada pelo povo parisiense, insatisfeito com a crise socioeconômica que assolava o país. A população tomou a Bastilha e apossou-se dos armamentos que lá se encontravam. Assim, deu-se início ao que conhecemos hoje como Revolução Francesa.

O GOV. É POP...

...MAS O POP NÃO POUPA NINGUÉM

Em seu mandato, quis ele passar o recado, no chão as cabines vão ficar e, se forem reerguidas numa futura licitação, não será ele o responsável.

Revolucionários, todos estufaram o peito: direita, esquerda, centro e extremos, sob um juízo unânime pouco visto em tempos de polarização. Afinal, que político em sã consciência ousaria divergir de um símbolo beligerante do grito brutal que influenciou o país? A Assembleia Legislativa chancelou a decisão do Estado em plenário com 25 votos favoráveis e nenhum contrário. Pais e mães da luta, todos se tornaram.

Nas redes sociais, uma mistura de comemorações e incredulidades. "É uma cilada, Bino" (Carga pesada); e "esse morro está muito tranquilo" (Tropa de Elite) foram recortes do universo digital, conectados com diversos outros questionamentos no estilo "é bom demais para ser verdade". Trata-se de uma medida populista?



Foto: Hélio Filho/Secom.

Bom, popularidade para o governador Renato Casagrande certamente rendeu. E o ato foi seguido de outras duas ações grandiosas divulgadas com pompa, luzes, drones e fogos. O Governo entregou a ampliação – com uma

O GOV. É POP...

...MAS O POP NÃO POUPA NINGUÉM

terceira faixa – da Terceira Ponte em agosto deste ano, com evento de inauguração digno de filme e espetáculo luminoso no céu.

Inegável: o trânsito melhorou. E o único ponto ainda incompatível com tal sucesso é exatamente para quem paga o pedágio de Vila Velha para Vitória, com filas em qualquer momento do dia causadas pela diversidade de pagamento – cartão, Pix... Mas isso vai acabar.

Além disso, Casagrande concluiu a obra da Ciclovía da Vida – título simples, mas genial –, que ganhou adesão e elogios dos cidadãos. Podemos acrescentar ainda a inauguração do Aquaviário neste mar de entregas, obra pouco funcional no momento, mas muito eficiente para despertar o imaginário do cidadão.

Portanto, se o governador já era peso determinante para as eleições municipais em 2024, qualquer planejamento de marketing, pelo menos neste momento, deve ressaltar que o sarrafo aumentou.

Casagrande, apesar de fazer parte de um partido de centro-esquerda, sempre transitou bem entre atores dos espectros políticos de centro e centro-direita, fato que o fez reeleito em disputadíssima eleição contra o ex-deputado federal Carlos Manato – num segundo turno após 28 anos sem tal evento no ES.

O GOV. É POP...

...MAS O POP NÃO POUPA NINGUÉM

Essas últimas entregas do governador podem, inclusive, ampliar essa característica dele, visto que são fruto da confusão difusa de percepções individuais e coletivas. Para além de 2024, Casagrande, ao findar seu terceiro mandato (2026), também se candidata a voos nacionais. E tem suporte do PSB para tal.

Como apontou **A Vírgula** na **edição #084**, o vice-presidente Geraldo Alckmin é virtual pré-candidato a presidente da República. Mas há um plano B: enxertar, novamente, o PSB na vice de um petista (Lula ou Haddad) em 2026. Para esse posto, especificamente, o presidente do partido socialista, Carlos Siqueira, aposta no nome de Casagrande.

Mas nem tudo são flores...

Nos perdoem pelo clichê do subtítulo; é apenas variação simplificada do principal: "o pop não poupa ninguém". No meio de tantas alegrias e grandiosidades, outras três decisões do Governo do Estado frustraram a direita, o lado progressista e a população de modo geral.

No primeiro ato, o governador decidiu aumentar o ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) de 17% para 19,5%, em resposta ao avanço da tramitação da Reforma Tributária – aprovada definitivamente na última sexta, 15 – do Governo Lula no Congresso. A

O GOV. É POP... ...MAS O POP NÃO POUPA NINGUÉM

Assembleia aprovou a medida de Casagrande, desta vez em votação apertada: 15 votos favoráveis contra 13.

O ICMS é a maior fonte de arrecadação do Espírito Santo e de outros estados, mas a decisão de cobrar a conta da população irritou muita gente, principalmente eleitores e políticos da direita. A insatisfação, no entanto, também respingou na esquerda, com manifestações contrárias, por exemplo, da deputada estadual Camila Valadão (Psol).

Em artigo para *A Vírgula*, Helder Siqueira, mestre em economia pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), chamou de “mesquinha” a atitude de governadores que optaram pelo aumento do ICMS.

Para ele, “não há preocupação com o desenvolvimento nacional ou mesmo com os setores econômicos que suportam as forças políticas. Mas a preocupação apenas com a realidade da disputa circunstancial, de manutenção das receitas. Ou seja, criou-se o alibi ideal para a ampliação de impostos, tendo em vista que se culpa a Reforma Tributária, e não a iniciativa dos líderes políticos locais, de aumentar a arrecadação sem que essa medida pareça desfavorável”, conclui.

Entrevistamos também, com exclusividade, o Secretário Extraordinário da Reforma Tributária, Bernardo Appy, que defendeu os efeitos positivos das mudanças ao ES:

O GOV. É POP...

...MAS O POP NÃO POUPA NINGUÉM

“Especificamente no caso do Espírito Santo, acredito que o Estado tem muito a ganhar com a Reforma Tributária, dada a competência de seu setor empresarial e a boa gestão das políticas públicas, que é essencial para o planejamento e a implementação de uma política de desenvolvimento que explore as oportunidades abertas pelas mudanças no sistema tributário”.

Entre aqueles estados que encamparam a elevação do ICMS – São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná –, o primeiro, comandado por Tarcísio de Freitas (Republicanos), recuou. O governador de SP foi pressionado pela direita em dois sentidos: (1) por conta da proposta de aumentar imposto; (2) e por mais respeito, no geral, aos ideais do espectro que o elegeu – mais precisamente o bolsonarismo. Tarcísio, então, disse que elevar ICMS agora seria covardia.

Meio ambiente

Em outra frente, o governador Casagrande provocou descontentamento da ala progressistas com o Projeto de Lei Complementar (PLC) 56/2023, que flexibiliza dispositivos legais para o licenciamento ambiental no Espírito Santo. A proposta foi aprovada na Assembleia também na segunda 11, mesmo dia do anúncio do fim do pedágio, por 23 votos favoráveis e quatro contrários – João Coser (PT), Iriny Lopes (PT), Camila Valadão (Psol) e Fabrício Gandini (PSD).

O GOV. É POP...

...MAS O POP NÃO POUPA NINGUÉM



Foto: Hélio Filho/Secom.

Chamou a atenção o fato de o governador ter acabado de voltar da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP-28, em

Dubai. Hoje, Casagrande é coordenador da coalizão Governadores Pelo Clima.

A Associação dos Servidores do Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recurso Hídricos (Assiema) elaborou estudo, distribuído previamente a todos os parlamentares, que aponta os potenciais prejuízos advindos do PL 56/23, caso se torne Lei. A maioria dos parlamentares ignorou, todavia.

O estudo acusa, por exemplo, que o quadro técnico do IEMA (Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos), autarquia responsável por planejar, coordenar, executar, fiscalizar e controlar as atividades potencialmente poluidoras, está absolutamente sucateado para realizar as ações de licenciamento ambiental. O documento expõe que os profissionais

O GOV. É POP... ...MAS O POP NÃO POUPA NINGUÉM

estão exercendo suas atividades “sem contar com equipamentos de proteção individual para autoproteção de sua integridade – física, saúde, segurança –, ficando expostos a toda sorte de vulnerabilidades”.

Esse sucateamento, apontam os que divergem do projeto, é uma das causas fundamentais da demora nas análises de licenciamento ambiental. Aprovar tal projeto de flexibilização, portanto, lamentam, seria mais para atender a interesses de empresários do que realmente uma política pública assertiva.

A Assiema contesta incisivamente o Art. 4^a, parágrafo 6º do projeto. Não é preciso nem sustentar a crítica pelas palavras da Associação, na verdade, tamanha a incoerência do que está registrado nas linhas do parágrafo.

O texto define que o órgão fiscalizador deve regular a licença e, também, tomar medidas cabíveis, como “eventual suspensão” da licença ambiental. Mas esse ato não implica em paralisação de uma obra, por exemplo. Uma decisão de impedimento só poderá ser emitida após processo de ampla defesa do empreendimento – o que significa, por conseguinte, ampla chance de destruição ambiental após todo esse período.

O GOV. É POP...

...MAS O POP NÃO POUPA NINGUÉM

Aumento de salário

Casagrande e a Assembleia Legislativa também não pouparam a população da política fisiológica de todos os dias. Como ato final, em meio ao brilho de popularidade, o Legislativo aprovou, na terça 12, projeto de lei que aumenta os salários do governador e do vice, Ricardo Ferraço (PSDB), para 2024 e 2025.

O salário de Casagrande passa de R\$ 30.971,84 para R\$ 33.006,39 (aumento de 6,5%) e entra em vigor a partir de 1º de fevereiro do ano que vem. Já em 1º de fevereiro de 2025, o salário do governador passa a ser de R\$ 34.774,64 (aumento de 5,35% com relação a 2024).

Já o salário de Ricardo passa de R\$ 28.141,08 para R\$ 29.989,68 (+ 6,5%), a partir de fevereiro do ano que vem, e será de R\$ 31.596,31 (+5,35%) a partir de fevereiro de 2025.

Estas últimas três medidas que frustraram diversos espectros da sociedade, entretanto, dificilmente serão páreo para ofuscar a popularidade de Renato Casagrande, pois de longe têm o mesmo significado de acabar com o pedágio da Terceira Ponte ou ter feito a ampliação desta.

Certo populismo tem seus riscos também, por outro lado, A Gazeta escreveu editorial crítico sobre o fim das cobranças. Disse ser incontestável o fato de

O GOV. É POP... ...MAS O POP NÃO POUPA NINGUÉM

a experiência do usuário ter sido exitosa durante a concessão, por conta dos bons serviços prestados de iluminação, videomonitoramento, remoção de animais, guincho e ambulância.

O editorial vaticina que acabar com a cobrança significa “mexer em time que está ganhando”, haja vista os exemplos negativos, como a qualidade de manutenção da Segunda Ponte – com trechos diferentes sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e do Departamento de Edificações e de Rodovias do Espírito Santo (DER-ES).

Fica a pulga atrás da orelha. E o Governo será cobrado caso esses serviços não sejam devidamente eficientes sob a administração do Estado.



A tentação populista e suas consequências históricas

A tentação populista e suas consequências históricas

O fenômeno do populismo – e sua aplicação à dinâmica política – é característica marcante das sociedades de massas em nível mundial, especialmente a partir da década de 1920. Por populismo podemos entender todo o conjunto de ações que visam “[...] abolir as distâncias entre o povo e o poder através de um discurso demagógico, fácil de assimilar e, ao mesmo tempo, difícil ou impossível de ser realizado”, como definido por Giancarlo M. Copelli, doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) em sua obra “Pensando o Populismo”.

Acrescentamos à conceituação de Copelli aquela que remete à adoção de medidas de caráter transitório ou perene, capazes de mobilizar os sentimentos populares em favor dos interesses políticos e pessoais dos detentores do poder. Os agentes políticos são célebres em ocultar seus verdadeiros objetivos ao adotarem determinadas medidas, valendo-se, inclusive, das confusas percepções individuais e coletivas para aprimorarem os mecanismos de dominação ou os projetos políticos e pessoais. Nesse sentido, ambientes de convulsão social, de crise econômica ou de luta política sempre foram espaços propícios para que ações de natureza populista sejam executadas de forma intensa.

Na história, temos diversos casos que ilustram esse cenário. Em 1986, o então Presidente José Sarney recusou-se a atender aos pedidos de seu ministro da

A tentação populista e suas consequências históricas

Fazenda, Dilson Funaro, para que alterações necessárias fossem feitas no Plano Cruzado. Sarney tencionava levar seu partido, o PMDB, à conquista da maioria dos governos estaduais e à eleição da maioria do Congresso, que iria, a partir de 1987, redigir a nova Constituição da República.

Para isso, sacrificou o plano de estabilização que estava sendo exitoso, mas que carecia de ajustes. Venceu as eleições, como pretendido, à custa da instabilidade econômica, que somente seria equacionada com o Plano Real, em 1994. O discurso da estabilidade não resistiu à dinâmica da própria economia.

Em outros momentos, como durante a vigência da ditadura civil-militar (1964-1985), o populismo foi fundamental para a estratégia de legitimação do próprio regime e para a sua normalização no imaginário social. O General Médici, que governou entre 1969 e 1974, no período mais repressivo do regime, frequentava estádios de futebol, sempre com um rádio de pilha colado aos ouvidos.

Tentava se aproximar da sociedade valendo-se do futebol, não apenas um esporte, mas um dos principais elementos da cultura brasileira. No mesmo governo, as campanhas publicitárias oficiais usavam e abusavam de slogans que louvavam a grandiosidade do país, sua enorme capacidade produtiva e suas inesgotáveis riquezas em commodities agrícolas e minerais.

A tentação populista e suas consequências históricas

Era o período do “milagre econômico”, do “Brasil grande”, construído com o financiamento externo a juros baixos. Era o prosseguimento do grande esforço de industrialização iniciado no último governo de Getúlio Vargas (1951-1954), com o Brasil se industrializando e construindo considerável infraestrutura nas áreas de transporte, energia e telecomunicações.

Esse “milagre” se transformou em maldição, em decorrência das crises cíclicas do capitalismo, no caso, a provocada pelo aumento considerável do barril de petróleo em meados dos anos 1970. Toda a narrativa populista do regime começava a erodir, checada com a realidade econômica. E assim o Brasil amargou longa e desastrosa crise.

Na Europa Ocidental contemporânea, o populismo assumiu todo um discurso anti-imigração e anti-islâmico. Para além do encantamento e a mobilização das massas, a gramática populista respalda, também, uma “guerra cultural”, altamente útil na consecução dos objetivos políticos da extrema-direita em nível global. No cenário político atual, o populismo vem sendo o grande elemento catalizador das emoções e dos rancores de uma população empobrecida ou desalentada.

Esta se transformou em alvo preferencial das ações de uma grande e organizada articulação política de extrema-direita em nível mundial. Movendo frustrações e rancores,

A tentação populista e suas consequências históricas

vendendo ilusões de um futuro próspero tangível, a extrema-direita vai se qualificando, nas diferentes nações, como um ator político de primeira grandeza.

Ela desbanca e submete, como na Itália fascista e na Alemanha nazista, os grupos conservadores e liberais mais tradicionais. O uso competente das mídias e o perfeito contato com o sentimento mais profundo de um povo imerso em uma crise econômica.

Mas, antes de seguirmos, se faz necessária observação importante. Nas grandes transformações vividas pela sociedade brasileira a partir das décadas de 1930 e de 1940, mesmo durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945) liderada por Getúlio Vargas, uma corrente de pensadores brasileiros passou a associar o populismo à cessaõ feita pelo Estado às reivindicações populares. Essa narrativa, mais que falsa, constitui elemento utilizado para desacreditar a força crescente dos trabalhadores e das camadas urbanas à época, impulsionadas pelas profundas transformações no próprio perfil econômico e social do país de então.

A outorga da C.L.T., em 1943, nesse sentido, jamais poderá ser confundida como uma inflexão dos movimentos sociais, que há tempos lutavam por seus direitos. Vargas, de fato, se aproveita de um caldo histórico de lutas e se aproxima desses setores sociais que cresciam. Mas jamais podemos ter como

A tentação populista e suas consequências históricas

verdadeira a afirmação de que tal legislação, inédita até então em nosso país, tenha sido adotada por ato unilateral de “bondade” do então ditador. A gramática dos movimentos sociais e da história é capciosa, necessitando cada processo ser analisado de forma acurada, evitando que erros e narrativas falsas se imponham como verdade, o que se constitui um paradoxo brutal.

O uso dessa gramática, da forma como foi utilizada para classificar o período democrático compreendido entre 1946 e 1964, lançou sobre o mesmo a alcunha, falsa, de “República Populista”. Essa alcunha traz em seu âmago o desejo dos setores dominantes da sociedade brasileira em banalizar as conquistas sociais, ao mesmo tempo em que colocavam o Estado sob sua vigilância, temerosos que outros avanços sociais fossem reconhecidos.

Não funcionou essa estratégia. No limite, sua inconsistência, pela sua base conceitual falsa, levou à ruptura institucional consubstanciada no golpe civil-militar e no regime político subsequente, que se arrastou entre 1964 e 1985. Foi essa ruptura institucional e o regime de exceção dela advindo que, de fato, barraram, durante 21 anos, as demandas sociais emergentes, valendo-se de toda a repressão para a consecução desse fim.

Em nível mundial, conflitos armados, como no Oriente Médio, tiveram no populismo e na sua capacidade

A tentação populista e suas consequências históricas

de arregimentar multidões um elemento corriqueiro para a eclosão e sustentação dos mesmos. Lideranças importantes do mundo árabe, como Nasser, Presidente do Egito (1956-1970), e Gadafi, Presidente da Líbia (1969-2011), exerceram papéis relevantes internacionalmente em razão das práticas populistas de mobilização de suas populações, conclamadas a unirem-se em torno dos mesmos na perspectiva de fortalecimento nacional e de reversão de um cenário geopolítico adverso.

Em todos esses casos o sentimento popular teve no líder um ser carismático e que representava a possibilidade de construção de um futuro promissor para seus povos, como alardeado pelas narrativas das propagandas oficiais de então. Propaganda e informação são insumos fundamentais do populismo no seu afã de articular a vitória de projetos políticos pessoais ou de grupos.

■ “Aquela coisa”

O conflito entre progressistas e conservadores se acentuou de tal forma que chega a dominar nossas conversas no bar, no elevador, na escola, e nosso comportamento: nas relações, no consumo e na fé. Comprar virou um ato político. Viver virou sinônimo de feudo



Fernando Carreiro

Jornalista, consultor de marketing político especializado em gestão de crises de imagem e comportamento humano

“Aquela coisa”

“Em todos os Estados eu pergunto pra todo mundo se alguém lembra alguma obra que ‘Aquela Coisa’ inaugurou”. Um Lula com semblante mais cansado do que quando esteve no Espírito Santo pela última vez, em 2017, mas com mesma e já conhecida retórica populista de sempre. Foi assim que ele subiu ao palco do evento de inauguração da obra do Contorno do Mestre Álvaro, na Serra, na última sexta-feira.

Os agradecimentos aos presentes e as declarações sobre a importância da obra para o Estado ficaram em segundo plano no discurso do presidente, que até arriscou contar algumas histórias com os capixabas, quando iniciava suas caravanas pelo Brasil, no final da década de 90, mas se ateve, de verdade, a estimular o clima pouco amistoso de brigas de torcida que toma a política do país.

Empenhou parte de seu discurso a jactar seus governos (“eu tenho certeza de que fui o presidente da República que mais investiu dinheiro neste Estado”) e a deteriorar o de seu antecessor, Jair Bolsonaro, a quem chamou de “aquela coisa”. À plateia, inquiriu: “Sejam honestos com vocês mesmos: vocês se lembram de um metro, um metro que seja, de asfalto que o governo passado fez no Espírito Santo?”.

O que Lula faz é jogar o jogo que está em curso no Brasil e em parte do mundo moderno, mas que é jogo

“Aquela coisa”

jogado e difundido desde o Império Romano, quando Mani Maniqueu deu origem à filosofia religiosa sincrética e dualística, conhecida como “maniqueísmo”, ou a disputa do “bem contra o mal”, transmutada para estes novos tempos na expressão “nós contra eles”. “A gente vai provar que o que resolve o problema de um povo não é a instigação do ódio”, vociferou um Lula que não estava desprovido desse sentimento quando arrevessou essas palavras.

Na recém-lançada obra ‘Biografia do Abismo’, o jornalista Thomas Traumann e o cientista político Felipe Nunes classificam esse comportamento social dual condensado como “calcificação do pensamento político”. As disputas de antes, mais líquidas e com embates mais restritos ao ambiente das políticas públicas, se transformaram em uma polarização afetiva. Amor e ódio.

O conflito entre progressistas e conservadores se acentuou de tal forma que chega a dominar nossas conversas no bar, no elevador, na escola, e nosso comportamento: nas relações, no consumo e na fé. Comprar virou um ato político. Viver virou sinônimo de feudo: ninguém existe se não tiver lado bem definido.

Lula aprendeu a jogar esse jogo e sabe que, na natureza política em que está inserido hoje – muito distante daquela em que duelava com a “direita tucana”, de um

“Aquela coisa”

PSDB que, a bem da verdade, nunca pertencera a esse espectro –, não há espaço para atores políticos que não apelem para a identidade. Pertencer a feudos, valorizar sua bolha, suas pautas identitárias e desmerecer as demais é a regra dessa disputa inócua que preenche a televisão, os jornais e as redes sociais diariamente.

A internet, a propósito, é uma das maiores causadoras dessa guerra cultural. Os algoritmos engajam publicações que estimulam o ódio, pois é esse conteúdo que mantém de pé a batalha da identidade, que deu origem a plataformas como o Facebook, revela o livro ‘Máquina do Caos’, do jornalista norte-americano Max Fischer, também publicado este ano.

Vivemos em *looping* uma batalha que se retroalimenta entre a mesa de bar e as redes sociais. E o presidente que foi eleito com o discurso de pacificação e prometeu “unir o país” não quer soltar o *lemniscata*, aquele símbolo do infinito, cheio de curvas que vem e que vão. Feito corda, atual e ex presidentes, bem como suas torcidas organizadas, esticam de cá, puxam de lá, quando não se dão a roer o lemniscata. Deixar que se rompa? Jamais. É “aquela coisa”: há uma codependência e a existência de um depende do outro. E assim serão eternos.

No duelo de titãs de uma batalha maniqueísta é preciso existir o Bem e o Mal, mesmo que seja difícil, ou talvez

“Aquela coisa”

improvável, apontar de que lado está cada um deles. E isso importa? Ernest Hemingway diria que “importa mais do que a própria guerra”. No entanto, o futuro além das trincheiras é um oráculo difícil de decifrar.



A VÍRGULA #085

Boletim semanal produzido por
Fernando Carreiro
Imagem Comunicação Inteligência



Fernando Carreiro
Diretor Editorial

Com textos, análises e colaboração de:



Felipe Izar Xavier
Editor-Executivo



Marcelo Siano Lima
Consultor



Rodrigo Medeiros
Colaborador

Confira todo nosso acervo em
www.fernandocarreiro.com.br/avirgula